



BOLETIM DA JUSTIÇA — E DOS — DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINJUSDH
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

EDIÇÃO Nº 08 - 2019

Aberto Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos



A aposta no registo civil e no notariado



Excelência Sra. Dra. Joana Lina Baptista Candido, Governadora da Província do Huambo;

Excelência Sr. Carlos Ferreira Pinto, Provedor de Justiça de Angola;

Dr. Carlos Kumlema, Procurador Adjunto;

Excelências Srs. Membros do Executivo;

Meritíssimos Juizes e Digníssimos Procuradores;

Caros Directores Nacionais, Delegados Provinciais e Colegas da Justiça;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhoras;

Começo por registar e agradecer a presença de todos, neste XIV Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e, em particular, a de Vossa Excelência Sra. Governadora, Dra. Joana Lina.

O acolhimento que, nesta Província,

nos tem sido reservado, e as palavras hospitaleiras contidas na mensagem de boas vindas que acaba de dirigir a este Conselho calam fundo no nosso coração e só atestam do acerto da escolha da Cidade Vida para local da sua realização.

Se me permite uma inconfidência, digo-lhe, Sra. Governadora, que a cidade do Huambo foi escolhida, dentro de um conjunto de três opções apresentadas ao Conselho de Direcção do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

O Huambo foi seleccionado por mais de 2/3 dos membros presentes no Conselho.

Acho que foram determinantes os pergaminhos turísticos desta Província, a simpatia e humildade das suas gentes, a forma como recebem e se doam aos visitantes e a vida que palpita em cada esquina desta Cidade.

Só por isto, podemos já dizer a V. Excelência que está a valer a pena porque a alma desta Cidade anfitriã revela, mais uma vez, que não é pequena.

Caros Colegas

À semelhança do que acontece todos os anos, eis-nos reunidos em Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Desta vez, é o XIV Conselho e estamos aqui, para, todos juntos, reflectirmos sobre:

a) As realizações acontecidas entre o XIII e este XIV Conselho Consultivo;

b) Os desafios que se colocam no

caminho dos Serviços de Justiça;

c) E as perspectivas, bem como os reptos para o Sector da Justiça, nos próximos tempos, ou seja, até ao próximo Conselho Consultivo.

Assim, temos de reconhecer, logo à partida, que, de 2018 a esta parte, apesar dos avanços observados na materialização dos objectivos traçados no XIII Conselho Consultivo, houve projectos que ficaram por concretizar.

Começo sobretudo pela área dos registos que, pela sua posição nevrálgica no Sector da Justiça e em relação ao País, em geral, deverá mobilizar grande parte dos nossos esforços, neste ano e nos próximos.

Para alcançar as metas do PDN 2018 – 2022, a capacidade de resposta, em matéria de registos, está, actualmente, muito aquém do que almejamos. Em maior ou menor medida, todas as áreas dos registos vivenciam problemas.

Mas é, no registo civil, que as fragilidades são mais graves.

A título de exemplo, os dados do registo civil de 2018 revelam que foram registados, neste período, 1.519.800 cidadãos, perfazendo uma média de 126.650 registos, por mês, e 4.221 registos, por dia.

Face à realidade actual, este desempenho não é satisfatório. Se considerarmos que a população angolana beira os 28 milhões de habitantes e o nosso crescimento demográfico, segundo o Instituto Nacional de Estatística, situar-se, actualmente, nos 3,3%, por ano, significa que a cada ano, haverá cerca de

924.000 novos cidadãos. Se juntarmos, a estes novos nascimentos, cerca de 10 milhões de cidadãos, entre crianças e adultos, não registados; pelo estado actual dos registos, o Estado concluiria o registo de todos os cidadãos, apenas em 2036. E estes registos seriam feitos manualmente, em livros, ou de modo informatizado em computadores não ligados entre si em rede informatizada. O contrato com a anterior consultora tecnológica que cuidava desta área terminou, no dia 10 de Abril de 2019. É uma oportunidade para alterarmos o actual quadro, que não podemos desperdiçar.

O legado que esta consultora deixa, atendo-nos apenas a esta parte do registo civil, é deficiente, insuficiente e carente.

Por exemplo, hoje por hoje, apenas as Conservatórias da Camama e do Zango comunicam, informaticamente entre si, por via do aplicativo PROMOREN.

Os demais serviços de registo civil em todo o País não estão ligados por uma rede informática. Os resultados perniciosos deste facto traduzem-se na duplicidade ou multiplicidade de registos por um mesmo cidadão e das imensas fraudes registrais que se registam em todo o País.

Este tipo de falsidades dá, depois, origem a bilhetes de identidade viciados e, conseqüentemente, à atribuição de passaportes também viciados.

Na recta final, vemos cidadãos que alegam serem angolanos a entrar ou a tentar entrar noutros países que, acto contínuo, nos apontam o dado acusador, gerando incidentes diplomáticos e problemas para a Segurança Nacional.

Definitivamente, não é isto o que se pretende!

O que se quer é que as reformas tecnológicas em vias de implementação, a introdução dos Balcões Únicos de

Atendimento Público (BUAP) e a implantação de um novo modelo tecnológico de registos e notariado deem o élan necessário para, até ao final desta legislatura, termos resolvidos os problemas dos registos em geral, mas, sobretudo, o do registo civil.

Eis porque a área dos registos constitui a primeira prioridade do Ministério, para este ano de 2019. Daí, a razão o lema escolhido para este XIV Conselho Consultivo apelar para a melhoria dos Registos e do Notariado.

Outra área que deve ser objecto de atenção cuidada e permanente é a dos recursos humanos.

Neste capítulo, e sempre com a colaboração do SOJA, o Concurso Público promovido em 2018, tanto na vertente da transição como no domínio da promoção, continua a tramitar, mas agora em sede do Tribunal de Contas. Há detalhes que ainda estão a acontecer no Ministério, como a questão da avaliação dos oficiais de justiça que estão nos Tribunais. O meu apelo vai no sentido de os meritíssimos juízes instarem todas as secções a finalizarem, o mais rapidamente possível, este processo, de avaliação, a bem dos oficiais de justiça.

Tão pronto tenhamos o concurso concluído, criar-se-ão as condições para, no quadro das vagas que estão a surgir, podermos avançar para a sua próxima fase, nos termos do Acordo outorgado entre o Ministério e o SOJA.

Há também algum “fumo branco”, no que toca à melhoria das condições sociais e laborais dos oficiais de justiça, sobretudo no que diz respeito ao acesso à saúde e outros benefícios com ela relacionados, no quadro da reforma da Caixa de Previdência.

Esta atribuiu já cartões de seguro de saúde a sensivelmente 1.500 funcionários, prevendo-se que, neste ano, sejam distribuídos mais 4.500 cartões.

A formação dos oficiais de justiça também deve continuar a merecer da nova direcção dos Recursos Humanos a devida atenção.

Gostaria de lançar aqui um desafio: - É o de, até ao final desta legislatura, não precisarmos de terceiros, para operarmos e gerirmos os projectos dos registos e do notariado, da identificação civil e criminal ou do portal do Ministério.

Temos de criar, juntando sinergias com a área das Tecnologias de Informação, a necessária massa crítica endógena, para assegurar a gestão desses projectos e garantir o seu desenvolvimento.

A prova provada disto ser possível é o Guiche Único da Empresa Online, em que, com o concurso do MTTI, criamos uma solução tecnológica nacional e muito promissora.

Falando do GUE, devo dizer que foram criadas, em 2018, 16.368 novas empresas, entre sociedades por quotas e anónimas, unipessoais e pluripessoais, cooperativas, sucursais e comerciantes em nome individual.

Este ano de 2019, procedeu-se à abertura do GUE – AIPEX, especialmente voltado para o investidor privado, nacional ou estrangeiro. É, nesta infraestrutura, que está instalado o já referido GUE – Online que simplifica os processos de constituição de sociedades comerciais, permitindo fazê-lo a partir de qualquer ponto.

O atendimento presencial, no GUE começa a reestruturar-se, estando em vias de ser feito mediante prévia marcação e sem que o utente tenha a necessidade de se deslocar de área em área. O utente vai sentar-se, comodamente, no lugar que lhe for indicado e serão os funcionários a interagirem com as demais instituições. Prevê-se também que, dentro de dois meses, o prazo máximo para a constituição de empresas seja de 24 horas.

Está projectada, para este ano, a abertura do GUE, em Benguela, e a Direcção do SIAC vai conceder espaços, nas suas estruturas, para a instalação de extensões do GUE, prevendo-se que, nos próximos meses, tenhamos essas extensões nos SIAC's do Cazenga, de Talatona e do Cacuaco.

No quadro do combate à corrupção e a outros males conexos, o nosso Ministério, conjuntamente com o PACED, levaram a efeito formações especializadas, no domínio do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Financiamento do Terrorismo, Tráfico de Estupefacientes e Corrupção. Foram refrescados 60 Magistrados Judiciais e do Ministério Público, bem como agentes dos Serviços de Investigação Criminal.

Na mesma senda, a campanha de moralização no Sector da Justiça tem, praticamente, concluída a sua primeira fase. Ela traduziu-se na realização de sessões de moralização dirigidas a todos os funcionários da justiça, sobre matérias como o suborno, a corrupção, os conflitos de interesses, o nepotismo, o tráfico de influências e o Código de Conduta.

Os resultados até agora atingidos sugerem que se arranque para a segunda fase, que passará pelo incremento das auditorias regulares aos serviços, e para a terceira fase, que se consubstanciará na responsabilização criminal dos infractores.

Importa ainda sublinhar que, nessa esteira, foram instruídos, neste lapso de tempo, 71 processos de natureza disciplinar que resultaram em 24 demissões, 3 despromoções, 9 multas e 32 censuras registadas.

A Reforma da Justiça e do Direito conheceu concretizações históricas.

Destaco a aprovação, do Código Penal e o envio, para a Assembleia Nacional, do Código de Processo Penal, já aprovado, na generalidade.

O Programa Legislativo do Sector da Justiça contempla a criação de vários diplomas que verão a luz do dia, neste ano, com destaque para a Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico de Recuperação de Empresas e Insolvência, considerando o impacto positivo que terá no ambiente de negócios.

Ainda no quadro da Reforma Judiciária em curso, é de referir que acabam de ser inaugurados os primeiros 3 Tribunais de Comarca do País, existindo também a perspectiva de serem inaugurados os Tribunais da Relação de Luanda e da Relação de Benguela. Está também prevista a inauguração de mais de 40 outros Tribunais de Comarca.

Neste capítulo dos Tribunais, o Executivo vai transferir a gestão administrativa e dos recursos humanos, para os Tribunais. Em seu poder, ficarão apenas os orçamentos destinados à concretização das suas políticas públicas, em matéria de Justiça.

Neste ponto, julgo necessário esclarecer que a independência dos Tribunais, do ponto de vista jurisdicional, sempre existiu.

De tal sorte que nenhum dos outros dois poderes se intromete nas decisões judiciais. Por isso, quando se fala na autonomia e independência dos Tribunais, não é este o ponto que é chamado à colação, mas sim o da autonomia administrativa, designadamente, em matéria de recursos humanos. Não faz, por exemplo, sentido que um processo disciplinar instaurado a um escrivão de direito deva correr os seus termos no Ministério e que seja, depois, o Ministro a demiti-lo. Há que resolver este ponto.

Quanto à autonomia financeira, os Tribunais já são, na actualidade, unidades orçamentais e o Ministério das Finanças atribui as verbas que lhes são destinadas, directamente e sem qualquer interferência do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Os dinheiros

para salários e outras despesas não são atribuídos ao nosso Ministério, para depois serem repassados para os Tribunais.

Portanto, a autonomia financeira dos tribunais relativamente ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos já existe.

Prezados colegas

A reforma do Cofre Geral de Justiça prossegue os seus termos, assistindo-se, no quadro do Decreto Presidencial n.º 172/18, de 24 de Julho, à articulação mais entrosada e melhor conseguida da referida instituição com as necessidades de investimentos, no Sector da Justiça.

Com base naquele diploma legal os recursos arrecadados pelo Cofre Geral de Justiça não-de alavancar, com prioridade, os investimentos com a Reforma Judiciária, ou seja, os investimentos nos Tribunais, para os quais estão orçamentados este ano 4 mil milhões de Kwanzas, enquanto para os demais Serviços da Justiça, está previsto, que, a expensas do Cofre, sejam investidos três mil milhões de kwanzas, sendo que estes serviços são os que mais receitas arrecadam.

No plano do incremento da igualdade perante a Lei, do acesso ao Direito e aos Tribunais e do direito à informação e à consulta jurídica ou, em termos mais latos, da tutela jurisdicional efectiva, temos o registo da execução de várias acções inscritas no referido âmbito.

Assim, temos estado a gizar, com a Ordem dos Advogados de Angola e com o Ministério das Finanças, os melhores mecanismos para serem garantidos os repasses financeiros, para efeitos de assistência judiciária e de patrocínio judiciário.

O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios continua a compor litígios, mediando-os, conciliando as partes de-

savindas e prestando a informação e a consulta jurídica demandada pelos cidadãos, mas precisa de uma estratégia para tornar este serviço mais abrangente e mais actuante.

Na recente visita que efectuamos à China, foi possível perceber o papel impressionante que este tipo de órgãos joga e acho que a DNREL, que nos acompanhou nesta viagem, encontra nesta experiência, a inspiração necessária, para dar a esta matéria a dinâmica que precisa.

A identificação civil e criminal produziu, em 2018, 1.690.084 bilhetes de identidade e 880.322 certificados de registado criminal em todo o país. É, o número mais elevado atingido na sua história.

Deu-se início à construção do centro nacional de impressão do Bilhete de Identidade, na cidade do Kilamba, em Luanda, e do centro de back up, em Benguela.

Nesta área da identificação civil e criminal, colocam-se desafios como o da integração de dados com outras plataformas, mediante a inserção de outros números de identificação, tais como os de contribuinte, segurança social ou de eleitor, no chip do bilhete de identidade.

Outro repto a vencer é o da atribuição do bilhete de identidade a sensivelmente 4.000.000 de cidadãos que apenas têm o cartão de eleitor. Foi estudado o mecanismo legal e técnico para proceder ao registo civil destes cidadãos e, em simultaneidade, atribuir-lhes o bilhete de identidade.

A partir daí, os seus descendentes, hoje impossibilitados de se registarem porque os pais não têm identificação, ficarão em condições de obterem a cidadania.

Tudo isto tem de ser feito para que o direito à identidade e à cidadania sejam

uma realidade, em relação a cada angolano, e, nesta dimensão, utilizaremos, para os locais recônditos do País, os mais de 300 BUAP's que serão abertos, brevemente, nas administrações municipais e comunais.

A nível dos Direitos Humanos, a apresentação da Estratégia Nacional para os Direitos Humanos e a proposta do Prémio "4 de Abril para os Direitos Humanos" foram dois momentos que marcaram este período.

A Estratégia tem uma perspectiva endógena muito forte, fixando as diferentes fases da evolução dos Direitos Humanos, em Angola e os passos que hão-de ser dados, no plano interno.

A Estratégia está alinhada com o tratamento que será dispensado às vítimas dos diferentes processos políticos ocorridos em Angola, de 11/Novembro de 1975 até 4 de Abril de 2002, tal como dispõe o diploma legal recentemente aprovado por Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Recordo que a Estratégia e o Prémio de Direitos Humanos correspondem a duas iniciativas que foram recomendadas pelo XIII Conselho Consultivo Alargado.

Ainda, em matéria de Direitos Humanos, Angola defendeu, no primeiro trimestre deste ano, em Genebra, o seu Relatório sobre o Pacto dos Direitos Civis e Políticos. O desempenho da delegação angolana foi de qualidade e isso mesmo ficou reconhecido pelo painel que cuidou da nossa avaliação.

Neste ano, aconteceu, também, mais uma ronda do Diálogo com a União Europeia e os Estados Unidos da América, em matéria de Direitos Humanos. Os americanos deram, publicamente, nota dos avanços conseguidos e encorajaram-nos, ao ponto de qualificarem Angola como um modelo referencial para outros países africanos.

Excelências

Prezados Colegas

Em conclusão, entre o XIII Conselho Consultivo Alargado, realizado em Luanda, no dia 24 de Maio de 2018, e o presente Conselho Consultivo, só não foi feito mais, por razões financeiras.

Mesmo assim e pela exposição que acabo de fazer, o espírito de equipa e a entrega ao trabalho da família da justiça falaram mais alto. No Ministério, houve concretizações muito significativas, que nos devem levar a encarar este ano com optimismo.

Para terminar, dirijo os meus agradecimentos a todos quantos estão a tornar possível a realização deste acto, aqui no Planalto Central, e formulo votos no sentido de este Conselho traçar os caminhos que, com a mesma motivação, nos permitam atingir os objectivos que hão-de ser preconizados para este período que irá de Maio de 2019 a meados de 2020.

Com isto, declaro aberto o XIV Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, mas sem que, antes e a uma só voz, digamos, três vezes:

Com Transparência, Lealdade e Rigor
- 2019, Ano dos Registos e do Notariado;

- 2019, Ano dos Registos e do Notariado;

- 2019, Ano dos Registos e do Notariado.

Viva Angola!

Vivam os trabalhadores da Justiça!

Muito obrigado.

Huambo, 29 de Abril de 2019

Francisco Queiroz

Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos

Governadora Joana Lina

Não devemos criar dificuldades para vender facilidades



É com enorme prazer, carinho e admiração que aceitei dirigir algumas palavras, como da práxis, a tão magistral audiência que se encontra aqui no complexo da Chiva.

Quanta honra estar perante tão eminentes personalidades, dos homens e mulheres que participam a seu nível na administração da justiça, engrandecendo a justiça e direitos humanos e pautam a sua atividade com base na lei e observando a lei.

O Governo da Província do Huambo, superintendendo 11 municípios, 36 comunas e 5 ombalas e dos seus

2.389.230 habitantes, encarregame de manifestar em seu nome as calorosas saudações e sinceros votos de boas-vindas às terras de Ekui-kui.

Permita-me ilustre ministro que saúde efusiva e cordialmente a Sua Excelência, os caríssimos participantes, os convidados e aproveite a oportunidade para enviar do alto desta tribuna uma saudação especial a todos quantos na encruzilhada da minha vida estudantil, profissional ou outra, fomos cruzando algures nesta angola imensa e partilha-

mos momentos marcantes e alguns inesquecíveis. Perdoem-me por não citar nomes pois tenho receio de omitir alguém.

O nosso profundo reconhecimento a todos os profissionais e quadros da justiça espalhados pelo país que, no exercício das suas funções e no desempenho de tantas tarefas urgentes, complicadas e, às vezes escorregadias, mantêm o brio profissional, a competência e o sentido de dever, não exitando em cumprir...por se tratar de uma missão e terem a firme convicção de estarem a fazê-lo pelo

povo e para o povo.

A província do Huambo é conhecida como o centro do conhecimento e da ciência, o berço da medicina veterinária e das ciências agrárias, bem como dos respectivos institutos de investigação.

É aqui nestas paragens onde se sente a força da juventude, o amor ao estudo e a vontade de cada um desenvolver a sua intelectualidade. É curioso passar pelos jardins e verificar dezenas de jovens com livros e/ou cadernos na mão a preparar as matérias, aproveitando as belezas da natureza.

A aposta na educação decorre desde o período das missões cristãs e dos seminários que forneceram ao país brilhantes quadros, cujo contributo à pátria não se pode descurar. Esta província recebeu desde outrora estudantes provenientes de todo o país, em busca do saber e do conhecimento, que ocuparam e continuam a ocupar cargos relevantes na estrutura política, econômica e social da Angola independente.

Quanto ao estudo do direito, é histórica a sua proeminência e importa ressaltar que foi daqui que saiu o primeiro presidente do Tribunal Supremo, o malogrado João Felizardo e os seus primeiros quadros, nomeadamente os Doutores Simão de Sousa Victor e Tobias Epalanga, entre outros.

Por esta razão e por termos história na edificação da justiça, quer fornecendo quadros, quer participando nos mais diversos níveis da justiça, não se enganaram ao escolher a província do Huambo para albergar o XIV Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Pelo lema escolhido, “com transparência, lealdade e rigor, melhore-



mos os serviços do registo civil e do notariado”, parece-nos que o nosso Ministério escutou os clamores e registou as enormes preocupações que as populações levantam diariamente no tocante aos registos civil e toda a sua problemática, nomeadamente:

Influência nas estatísticas nacionais
Os actos de registo civil e notariado
Atribuição do Bilhete de Identidade
Partilhamos da mesma preocupação de levar os serviços da justiça cada vez mais próximo das comunidades e da necessidade de melhorar o atendimento para a satisfação da população para a consolidação de um país justo, democrático e plural. Assumimos um compromisso muito sério com o futuro e para todos nós, os interesses das populações estão e estarão sempre em primeiro lugar e acima de tudo.

Para tal, precisamos que todos os trabalhadores envolvidos, enquanto servidores públicos, tenham uma postura pro-activa na busca de solu-

ções como se fossem eles a serem servidos.

Atender a tempo e em tempo, com celeridade, com respeito, com cortesia, delicadeza e bom estado de espírito procurando sempre não criar dificuldades para vender facilidades é o nosso veemente apelo.

Devemos criar uma atmosfera de rectidão, integridade, lealdade e rigor, elevando constantemente a credibilidade da justiça e administrando a justiça com justiça.

Para terminar, reitero os votos de boas-vindas, boa estadia e desfrutem o nosso bom clima e a hospitalidade das nossas gentes. Faço votos que tudo corra da melhor forma possível e que se possam alcançar as metas preconizadas. Desculpem antecipadamente qualquer coisa.

Bem haja o XIV Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Muito Obrigado
Ndapandula Calwa
Nga Sakidila

Descontração na hora da partida



De forma descontraída, os participantes ao XIV Conselho Consultivo aguardavam, na parte frontal do edifício do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, a hora da partida.

Três autocarros adstritos à empresa Macon estavam perfilados à espera do complemento do número de passageiros e da hora exacta de partida, agendada para às 07h00.

Alguns integrantes da caravana preferiram utilizar viaturas próprias, mas agregadas ao mesmo pacote. O programa previa paragem no Waku Kungo, para troca de motorista e almoço.

A hora marcada, foi dada ordem de partida e a viagem teve início.

Expectativa enormes invadiam os utentes dos autocarros, sobretudo para os viajantes pela primeira vez. Uns curiosos sobre a estabilidade e conforto dos meios da Macon, outros para confirmar informações apenas ouvidas de outras pessoas, como o clima do Huambo, áreas de interesse turístico e acolhimento das suas gentes.

Falava-se de tudo um pouco no interior da viatura, assuntos do dia a dia da vida de cada um e questões de foro profissional.

Fora dos habituais trajes formais, os profissionais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos pareciam dife-

rentes, mais jovens, diziam entre si. Uns trajados de tshirt, calções, chinelas de dedo e bonés, outros de jeans, calça olímpica e outra indumentária mais cómoda. Olhem que até calças rasgadas no joelho, a moda do momento, eram usadas.





Depois de deixar o centro da cidade, o sono apossou-se de alguns integrantes da delegação que não se fizeram rogado e cederam. Não era para menos, afinal tinham acordado muito cedo para estar às 6 horas no local da concentração. A desforra era mesmo necessária. O cenário era de uma verdadeira família, focada na mesma direção. Só faltou ouvir choros de crianças para completar o quadro.

Foi bonito ver o sorriso rasgado dos funcionários da Justiça aos mais diversos níveis, independente dos cargos que cada um ocupa, coisas não vistas durante o período de actividade laboral. Parece que será necessário haver mais acções do género, para renascer o espírito.

Nem o danificado troço, num percurso muito longo, que sai de Icolo e Bengo ao Dondo, autêntico martírio para os homens da estrada, foi suficientemente para quebrar o bom ambiente da viagem que teve a primeira grande paragem na zona do Waku Kungo.

A ocasião foi aproveitada para esticar

as pernas, desentorpecer os músculos e “esvaziar o joelho”, mas também para alguma brincadeira e, como evidente, a refeição mais forte do dia. Serviu-se de tudo um pouco. Cabidela com kizaca, churrasco e outras iguarias.

Grupo de avanço

Uma equipa de avanço já se encontrava no Huambo há alguns dias e não media braços nas tarefas preparativas, cada um dos integrantes com uma activi-

dade específica.

Esse esforço permitiu que até a hora da chegada do grosso da delegação os aposentos estivessem todos assegurados, o local da conferência garantido e outras condições logísticas preparadas. Foi bom ver a interação entre os membros do Ministério da Justiça, do Governo local e outras estruturas administrativas trabalharem de forma coordenada, como uma máquina bem oleada e engrenada.

Até as últimas horas da noite, todas equipas estavam em labor a olhar os últimos detalhes para no dia da actividade nada faltar. O secretariado impecável, no apronto das pastas para as preleções, a comunicação com o aspecto visual que, modéstia à parte, se mostrava muito vistoso, a área técnica atenta às condições técnicas e tecnológicas da sala, para suprir algumas faltas da instituição que alberga o evento, como é o caso da internet.

As 7h de segunda-feira, as condições estavam prontas. Deu-se início as inscrições e credenciamento dos participantes e às 9h iniciou a actividade, com o discurso de boas vindas da governadora da província, seguindo-se o de abertura, do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.





*Senhor utente
esta instituição
não tem corrupção
não contamine o ambiente*